



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Em carta dirigida ao Presidente da República:

CIP solicita integração no Diálogo Nacional Inclusivo sobre reformas constitucionais, legislativas e de governação

O Centro de Integridade Pública (CIP) submeteu, nesta quarta-feira, dia 26 de Março, junto da Presidência da República, uma carta dirigida ao Presidente da República, Daniel Francisco Chapo, solicitando a integração da organização no Diálogo Nacional Inclusivo sobre reformas constitucionais, legislativas e de governação em consonância com os Termos de Referência assinados pelo Presidente da República e os representantes dos Partidos Políticos com Assento no Parlamento, nas Assembleias Provinciais e Municipais, no passado dia 5 de Março de 2025, no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, na Cidade de Maputo.

A solicitação do CIP, também levada ao conhecimento dos outros 9 (nove) representantes dos partidos políticos signatários dos referidos Termos de Referência¹, decorre do facto de as matérias propostas para a reforma coincidirem, estreitamente, com a áreas de trabalho da organização, designadamente reformas no sistema eleitoral, na governação descentralização, na administração do Estado, particularmente no sector da justiça, e nas finanças públicas, algo que habilita o CIP a dar a sua contribuição nos trabalhos a serem desenvolvidos nesse quesito.

Na sua carta, o CIP evidencia o facto de estando, neste momento, em curso o processo de constituição da Comissão Técnica do Diálogo Nacional Inclusivo que poderá incluir individualidades provenientes de Organizações da Sociedade Civil, a organização manifesta o seu maior interesse em tomar parte do referido grupo de trabalho, tendo em consideração a sua comprovada experiência, ao longo dos quase 20 anos de existência a completar já no próximo dia 20 de Junho de 2025, na condução de estudos e pesquisas nas áreas sujeitas à reforma.

Em seguimento, o CIP fundamenta o seu interesse em tomar parte do Diálogo Nacional Inclusivo na medida em que a organização tem contribuído no combate à corrupção e clientelismo, principal causa da pobreza dos moçambicanos. Tem defendido que a solução dos problemas dos moçambicanos passa pela observação e promoção dos valores e princípios de ética política, da transparência e integridade como valores, acumulando experiência nas seguintes áreas:

1. **Experiência em observação eleitoral desde o ano de 2009.** O CIP detém larga experiência no processo de observação de todas as fases do processo eleitoral, desde a eleição dos membros dos órgãos eleitorais, o recenseamento eleitoral, campanha eleitoral, votação e contagem de votos; anúncio, validação e proclamação dos resultados eleitorais pelos órgãos competentes. A este respeito, o CIP desenvolveu o Boletim CIP Eleições, uma publicação que serve de diário informativo sobre o processo eleitoral com abrangência: (i) nacional, na sequência das eleições gerais e dos governadores provinciais; e (ii)

¹ Designadamente, Chakil Abobocar (Partido Frelimo), Albino Forquilha (Partido PODEMOS), Ossufo Momade (Partido RENAMO), Lutero Simango (Partido MDM), João Jasse (Partido Revolução Democrática), Cornélio Quivela (Partido PAHUMO), Vitorino Saiete (Partido PARESCO), André Balate (Partido PARENA).

municipal, na sequência das eleições autárquicas, reportando todas as incidências relativas ao processo eleitoral.

No contexto das eleições autárquicas e gerais de 2023 e 2024, dada a sua sólida experiência na Observação Eleitoral, o CIP foi eleito líder do Consórcio de Observação Eleitoral denominado «Mais Integridade», que congregava 7 notáveis Organizações da Sociedade Civil no país, nomeadamente o próprio CIP, o CESC, Solidariedade Moçambique, NAFEZA, MISA Moçambique, FAMOD e Comissão Episcopal de Justiça e Paz da Igreja Católica.

O CIP não só possui, há mais de 15 anos, um portal electrónico dedicado à observação eleitoral, como incorporou, no seu Plano Estratégico (2024-2033) e no seu plano de actividades do ano em curso, estudos sobre as dinâmicas e desafios do processo eleitoral e reforma eleitoral no país, disponíveis no link *CIP sobre Eleições*: <https://www.cipeleicoes.org/>

- 2. Experiência na abordagem sobre reformas no quadro da governação descentralizada.** O CIP dedica-se à realização de pesquisas, mesas-redondas e análises, devidamente documentadas em relatórios, sobre os desafios e as dinâmicas do processo de descentralização em Moçambique. As análises focam-se, de modo particular, nas considerações e inovações trazidas pela revisão constitucional de 2018 que passou a consagrar, além das autarquias, a governação descentralizada de nível provincial e distrital.

Os estudos desenvolvidos pelo CIP têm apontado os constrangimentos do actual modelo de descentralização, nas dimensões jurídico-político, económico, financeiro e fiscal, recomendando reformas no quadro da legislação que dita a organização, funcionamento e financiamento das entidades descentralizadas a todos os níveis, incluindo as formas de relacionamento com os órgãos do poder central. Neste quadro o CIP ainda estabeleceu encontros, em mesas-redondas, com organizações governamentais como a extinta CRED, a CREMOD e o grupo de trabalho parlamentar que auscultou a sociedade civil e académicos sobre a viabilidade das eleições distritais, inicialmente marcadas para Outubro de 2024.

Dada a relevância do estudo dos processos de descentralização, o CIP, não só tem os relatórios publicados sobre a área, como tornou a governação descentralizada como uma das principais áreas da sua actuação nos termos do seu Plano Estratégico (2024-2033), com pesquisas disponíveis no link: <https://www.cipmoz.org/pt/category/descentralizacao/>

- 3. Experiência na abordagem sobre reformas no sector da justiça, designadamente no seu quadro legal e institucional e de responsabilização dos actores envolvidos em casos de corrupção.** O CIP desenvolveu ao longo de vários anos, através do seu pilar de anticorrupção, trabalhos sobre as principais reformas a desenvolver no Estado (Administração Pública) e no sector da justiça, visando a despartidarização das instituições do Estado, o combate à promiscuidade e ao nepotismo no funcionalismo público e a respectiva responsabilização disciplinar, civil e criminal de titulares de órgãos públicos e servidores públicos, que na sua actuação violam os princípios e normas que regem o Estado.

É neste quadro que o CIP, na sua pretensão de continuar a propor reformas no funcionamento do Estado, e particularmente no sector da justiça, vem desenvolvendo pesquisas sobre o Sistema Nacional de Integridade, um mecanismo que se mostra útil para identificar as fragilidades legais e institucionais, e indicar propostas de reformas. Mais, no seu Plano Estratégico (2024-2033), foi renovado o compromisso do CIP em continuar a ser uma Organização da Sociedade Civil que pugna pela anticorrupção e pelas boas práticas das instituições públicas e privadas. Os trabalhos do CIP, sobre as matérias aqui referidas, encontram-se disponíveis no link: <https://www.cipmoz.org/pt/anti-corrupcao/>.

- 4. Experiência na abordagem de reformas no sector das finanças públicas.** O CIP possui vasta experiência na abordagem de reformas no sector das Finanças Públicas. Contribuiu significativamente para a melhoria da governação financeira, especialmente no que diz respeito à tributação eficiente,

transparência na alocação e execução orçamental, bem como na fiscalização da gestão de fundos públicos no país.

Através de estudos e análises aprofundadas, a organização tem explorado temas como justiça fiscal, sustentabilidade da dívida pública e os impactos das políticas económicas na redução das desigualdades sociais. Além disso, tem participado, activamente, em debates e iniciativas que reforçam a responsabilidade do Estado na administração dos recursos financeiros, promovendo políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis.

Com um papel central na monitorização de orçamentos, auditorias independentes e advocacia para maior transparência nas contas públicas, o CIP tem sido um agente fundamental na promoção de boas práticas financeiras, essenciais para a consolidação da democracia, confiança nas instituições e no desenvolvimento económico do país.

O CIP é parceiro da *International Budget Partnership* (IBP), no âmbito do Inquérito ao Orçamento Aberto, membro do Fórum de Monitoria e Orçamento (FMO), membro do Secretariado do Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva (ITIE) em Moçambique, coordenador nacional da iniciativa *Publish What You Pay* (PWYP), em Moçambique, e representante da *Transparency International* (TI), também em Moçambique. Os trabalhos do CIP, aqui destacados, encontram-se no link: <https://www.cipmoz.org/pt/financas-publicas/>.

Concluindo, o CIP apontou, na carta dirigida ao Presidente da República com conhecimento dos líderes dos Partidos Políticos com Assento no Parlamento, nas Assembleias Provinciais e Municipais que, ao longo dos seus 20 anos de existência, tornou-se, não só *expert* nos assuntos que serão abordados em sede do Diálogo Nacional Inclusivo, como também um *think thank* de referência sobre as questões da economia política de Moçambique.

Desta forma, os pontos acima destacados comprovam, resumidamente, a longa experiência do CIP no tratamento das matérias em questão. A organização julga que havendo um interesse sério e genuíno em se encontrar pontes de diálogo para a construção de um Moçambique melhor, fomentando-se o desenvolvimento socio-económico, o respeito pelos princípios do Estado de Direito e atender aos superiores interesses do povo e devolver a confiança pelas instituições públicas do país, o contributo do CIP seria enriquecedor.

Maputo, 27 de Março de 2025



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Rua Fernão Melo e Castro nº 124, Bairro da Sommerschild
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917 Cel: (+258) 82 3016391
Email: cipmoz@gmail.com [f @CIP.Mozambique](https://www.facebook.com/CIP.Mozambique) [i @CIPMoz](https://www.instagram.com/CIPMoz)
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique

Anexos

Link:

Carta enviada ao Presidente da República: <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2025/03/Carta-enviada-Presidente-da-Republica.pdf>

Carta enviada ao Partido Renamo: <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2025/03/Carta-enviada-Partido-Renamo.pdf>

Carta enviada a SG da Frelimo: <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2025/03/Carta-enviada-SG-da-Frelimo.pdf>

Carta enviada ao Partido Podemos: <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2025/03/Carta-enviada-Partido-Podemos.pdf>

Carta enviada ao Partido Nova Democracia: <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2025/03/Carta-enviada-Nova-Democracia.pdf>